

Mudança em aposentadorias vai à sanção presidencial

Por 46 votos favoráveis e 22 contrários, senadores aprovam projeto de lei, de iniciativa do Executivo, que institui "fator previdenciário" e altera cálculo para a concessão do benefício aos trabalhadores do setor privado



A aprovação do projeto de lei do governo pelo plenário foi marcada por debate, do qual participaram diversos senadores

Projeto de lei aprovado ontem pelo Senado prevê que a aposentadoria do setor privado exigirá o aumento do número de salários de contribuição para o cálculo dos benefícios. Uma das inovações é a instituição do "fator previdenciário".

Emenda que restringe MPs passa em 1º turno

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, substitutivo a emenda constitucional que impede a reedição de medida provisória e institui novas regras para sua análise pelo Congresso. A matéria volta ao exame dos senadores, em segundo turno, no dia 25.

Senado aprova seguro-desemprego para domésticos

PÁGINAS 3 E 4

RELATÓRIO APONTA DESVIO DE R\$ 169 MILHÕES

Relatório do senador Paulo Souto, aprovado pela CPI do Judiciário, conclui que o juiz Nicolau dos Santos, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, é o principal responsável pelo desvio de R\$ 169 milhões da construção do prédio das juntas de Conciliação e Julgamento. Parte do dinheiro foi parar em contas no exterior.

PÁGINAS 6 E 7



Souto (E), ao lado de Antonio Carlos, Tebet e Carlos Wilson, apresenta seu relatório



BINGOS

Greca depõe hoje sobre denúncias

O ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, fala sobre denúncias de irregularidades nos bingos, hoje, às 10h, no plenário do Senado. Ontem, na CAS, os senadores ouviram dois procuradores da República no Distrito Federal.

PÁGINA 5

ACM reafirma posição contrária a reajuste de parlamentares

O presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem sua oposição à concessão de reajuste salarial para os parlamentares neste momento. O senador admitiu que os deputados e senadores "não estão ganhando bem", mas advertiu que a conjuntura nacional exige sacrifícios "e não é possível sacrificar apenas quem ganha pouco, como os trabalhadores de salário mínimo ou o funcionalismo, que não recebe aumento há cinco anos".

Comissão de Orçamento vota crédito para reforma agrária

Dotação de R\$ 79,9 milhões, que tem parecer favorável do senador Nabor Júnior, destina-se a assentamento de trabalhadores rurais

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar, entre outras matérias, abertura de crédito para o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, no valor de R\$ 79,9 milhões, destinado a ajustar o orçamento do Incra para o assentamento de trabalhadores rurais, beneficiando antigos e novos projetos de reforma agrária.

A proposta tem parecer favorável do senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Na mesma reunião, a comissão analisa concessão de créditos especiais para a Justiça Federal, no valor de R\$ 347 mil, que se destinam à conclusão de obra em andamento do edifício-anexo do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e R\$ 76 milhões para o Ministério dos Transportes, que se-

rão utilizados para a correção de classificação orçamentária de dotação inadequada da Companhia Docas do Estado de São Paulo.

Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a comissão vota, ainda, créditos suplementares em favor de encargos financeiros da União nos valores de R\$ 1 bilhão e R\$ 20 bilhões, e R\$ 191 milhões para diversos órgãos do Executivo.

Senador recebe presidente do Worldwatch Institute

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente do Worldwatch Institute, Lester Brown. Dirigente de uma das mais respeitadas instituições ambientais do mundo, com sede em Washington, Brown veio ao país para lançar as edições em por-

tuguês do livro *Estado do Mundo* e da revista *World Watch*. O lançamento foi feito no auditório Petrônio Portella, do Senado, com patrocínio do Ministério do Meio Ambiente, da Fundação Luís Eduardo Magalhães e da Universidade Livre da Mata Atlântica.



Lester Brown visitou o presidente do Senado para comunicar lançamento das edições em português do livro *Estado do Mundo* e da revista *World Watch*



O ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, e Antonio Carlos Magalhães participaram da abertura da exposição sobre os 90 anos do Inmet

Instituto de Meteorologia divulga tecnologia em exposição no Salão Negro

Acompanhado do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, abriu ontem a exposição "Inmet-90 anos monitorando o tempo no Brasil", no Salão Negro do Congresso Nacional.

A mostra do Instituto Nacional

de Meteorologia mescla velhos instrumentos meteorológicos e documentos antigos com uma visão da moderna tecnologia aplicada atualmente ao monitoramento do clima no país. A exposição permanecerá aberta ao público, em horário comercial, até o próximo dia 22.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
10h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Comparecimento ao plenário para interpeleção do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca.

COMISSÕES

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *PL nº 11-B/99 - CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 76 milhões, para os fins que especifica; *PL nº 22/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento; *PL nº 29/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1 bilhão; *Mensagem nº 343/99-CN - relatório acerca da execução orçamentária do subprojeto 16.088.0537.1204.0023 - BR-080/GO - Uruçu - Padre Bernardo, lista no Quadro II anexo à Lei nº 9.789m de 23/2/99; *PL nº 34/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do gabinete do ministro Extraordinário de Política Fundiária, crédito suplementar no valor de R\$ 79,9 milhões para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento; *PL nº 36/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 347 mil; e *PL nº 37/99 - CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 20 bilhões. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

15h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Audiência Pública com a finalidade de orientar a votação da *PEC nº 18/99 em tramitação conjunta com a *PEC nº 20/99, que reduz para 16 anos a maioridade penal.

Convidados: Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Assis Toledo; professor da Universidade Católica de Brasília, Diáulus Ribeiro; desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Mena Barreto; presidente Nacional da Juventude Latino-Americana pela Democracia (Julad/Brasil), Sérgio Murilo; a escritora Glória Peres; e a jornalista Valéria Velasco. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
Após Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Exposição do ministro da Justiça, José Carlos Dias, a respeito do Direito Penal Eficaz (redução de pena). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova criação de fator previdenciário

Idade, renda e tempo de contribuição ao INSS são levados em conta em fórmula matemática proposta pelo governo com o objetivo de estimular os trabalhadores da iniciativa privada a retardar a sua aposentadoria

Com 46 votos favoráveis e 22 contrários, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que modifica o sistema de Previdência Social e, mediante a criação da fórmula denominada "fator previdenciário", altera o cálculo para a concessão da aposentadoria aos trabalhadores do setor privado. O projeto, de iniciativa do Poder Executivo, recebeu uma única emenda de redação e vai à sanção presidencial.

Nas discussões que antecederam a votação, apenas os senadores do Bloco Oposição se manifestaram. O silêncio da base governista foi interpretado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) como de concordância com os argumentos da oposição.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Freire (PPS-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Amir Lando (PMDB-RO), Álvaro Dias (PSDB-PR) e José Eduardo Dutra disseram que consideram inconstitucional o projeto aprovado.

Roberto Saturnino anunciou que a oposição argüirá a constitucionalidade da mudança perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Dutra alertou o governo e sua base para que, "depois, não digam que houve intromissão indevida do Judiciário".

O projeto, sob a forma de lei ordinária, modifica lei complementar — daí a inconstitucionalidade, conforme Dutra, que discordou do argumento do relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), segundo o qual a lei modificada seria "formalmente complementar, mas não materialmente complementar".

Outro item apontado pelos senadores como inconstitucional refere-se à criação do fator previdenciário, que articula os critérios de idade mínima, tempo de contribuição e renda numa fórmula matemática. Como não está previsto em dispositivo constitucional, o fator previdenciário teria sido a forma adotada pelo governo para "contrabandar" o critério da idade mínima, rejeitado pelo Congresso em outras oportunidades.

Para todos os senadores que se manifestaram na votação, o projeto seria uma "perversidade", uma "crueldade", pois resultará em redução dos valores das aposentadorias do setor privado, que já estão limitadas ao teto máximo de cerca de R\$ 1.250. Roberto Freire, que admitiu a necessidade de uma reforma previdenciária, afirmou que o projeto aprovado representa "um confisco".



O projeto aprovado por 46 votos a 22 pelo plenário, com apenas uma emenda de redação, vai agora à sanção presidencial

Valor de benefícios dependerá de contribuições

Pelo projeto de lei da Câmara aprovado ontem, a aposentadoria do setor privado exigirá aumento do número de salários de contribuição para o cálculo dos benefícios, feito através da fórmula denominada "fator previdenciário" — que introduz os critérios de idade do trabalhador e sua expectativa de vida ao se aposentar.

Atualmente, o valor do benefício de aposentadoria é definido pela média dos últimos 36 salários de contribuição. Com o projeto, será levada em conta a média aritmética de 80% de todo o período contributivo do segurado, observando-se uma regra de transição em que o cálculo abrangerá, inicialmente, os maiores salários de contribuição pagos a partir de 1º de julho de 1994, quando foi implantado o Plano Real. Para o relator da matéria na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), a mudança "torna a aposentadoria do segurado do Regime Geral de Previdência Social mais próxima da respectiva

contribuição".

Quanto ao fator previdenciário, "uma fórmula complexa", conforme Tuma, ele poderá elevar a aposentadoria dos segurados que adiem sua passagem à inatividade, mas reduzirá o valor do benefício mesmo para aqueles que já tenham cumprido 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e 30 anos, no caso das mulheres.

As regras para o recolhimento à Previdência Social feito por contribuintes individuais também foram mudadas: o projeto prevê a eliminação gradativa da escala de salário-base como referência para o valor recolhido pelos contribuintes individuais, que passariam a contribuir sobre a remuneração efetivamente recebida, como o fazem os segurados empregados.

Outra mudança determinada pelo projeto incide sobre as contribuições das empresas, que foram uniformizadas em 20% tendo como referência um trabalhador contratado ou prestador de servi-

ço autônomo. Como registrou o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) no parecer favorável que apresentou à CAS sobre o projeto, a mudança torna "a Previdência Social neutra sob o ponto de vista da formalização da mão-de-obra".

O número de categorias de segurados foi reduzido das atuais sete para quatro — empregados, empregados domésticos, contribuintes individuais e segurados especiais —, medida que, ainda conforme Althoff, atrairá ao sistema previdenciário público cerca de 2,5 milhões de trabalhadoras autônomas.

A alíquota de contribuição das cooperativas de trabalho, por sua vez, passará a ser de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de serviços a elas prestados. Bancos e sociedades de crédito terão alíquota de 20%, cabendo-lhes, ainda, o pagamento de adicional de 2,5% sobre a base de cálculo para a concessão das aposentadorias de seus empregados.

Empregado doméstico terá seguro contra desemprego

Foi aprovado ontem pelo plenário projeto originário da Câmara que altera a lei do seguro-desemprego para estender esse benefício ao empregado doméstico. Ficou determinado que o benefício será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo de seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação. O projeto agora vai à sanção presidencial.

Também foi deliberado que o pagamento da primeira parcela do benefício, correspondente aos primeiros 30 dias de desemprego, contados da data da dispensa, será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. As parcelas subsequentes serão pagas a cada período de 30 dias contados da emissão da parcela anterior.

Com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais, que já havia decidido favoravelmente a iniciativa semelhante da ex-senadora Benedita da Silva, que ainda tramita na Câmara, o projeto foi deliberado em votação simbólica. Benedita já havia dito, na votação da CAS, que a matéria devia ser aprovada sem alterações pelo Senado, a fim de ser encaminhada logo à sanção presidencial.

Jornada inclui tempo de acesso a trabalho

Poderá ser computado na jornada de trabalho, segundo decisão tomada ontem pelo Senado, o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, para chegar até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público. Da mesma forma, deverá ser computado o tempo para o retorno do trabalho para casa. A decisão foi tomada mediante aprovação de emenda da Comissão de Assuntos Sociais a projeto originário da Câmara, para onde o projeto agora retorna.

Relatada na CAS pelo ex-senador Valmir Campelo, foi reconhecido que esse direito já está plenamente aceito pelo Tribunal Superior do Trabalho, embora os trabalhadores brasileiros não usufruam dele. Isso em razão da ausência de norma com força de lei. Na ocasião, a CAS admitiu que, para usufruir desse direito, os trabalhadores estavam sujeitos a demoradas demandas trabalhistas. Como foi alterado no Senado, o projeto terá que ser votado novamente na Câmara.

Oficiais de Justiça deverão entregar avisos a adultos

O Senado aprovou ontem projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que modifica o Código de Processo Civil, para determinar que avisos enviados por prepostos de oficiais de Justiça devam ser recebidos por adultos residentes no endereço do intimado. O projeto vai à sanção presidencial.

O relator Amir Lando (PMDB-RO), em seu voto favorável à aprovação do projeto, argumenta que o projeto visa a eliminar uma lacuna existente na atual legislação, que exige o oficial

de cartório de adotar a cautela mencionada, permitindo que um menor de idade, em sua residência, possa receber uma intimação de protesto, e sequer entregá-la ao responsável.

Para Amir Lando, essa inaceitável situação pode gerar prejuízos às partes envolvidas. "O credor que aponta o título não recebe seu crédito e o devedor, que teria a oportunidade de saldar sua dívida antes de a mesma ser protestada, não o faz e tem seu nome lançado inexoravelmente no rol dos devedores. O projeto aprimorará



Amir Lando afirma que o projeto destina-se a eliminar lacuna existente na legislação

a condução dos feitos extrajudiciais e harmonizará os procedimentos de nossa lei processual civil."

Senado aprova emenda que restringe MPs

Substituto de José Fogaça impede a reedição, na mesma sessão legislativa, das medidas provisórias rejeitadas ou que tenham perdido eficácia por decurso de prazo. Votação em segundo turno será na próxima semana

Por 64 votos favoráveis, nenhum contrário e oito abstenções, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) às alterações feitas pela Câmara na proposta de emenda constitucional da Casa que impede a reedição de medida provisória e que dá nova disciplina à sua análise pelo Congresso. A matéria volta a plenário no dia 25, para um segundo turno de votação.

A proposta proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. Além disso, se a MP não for apreciada em 45 dias, entrará em regime de urgência, sub-

seqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Os senadores deliberaram que será prorrogada por igual período a vigência da medida provisória que, no prazo de 60 dias, não tiver sua votação encerrada nas duas Casas do Parlamento.

Caberá à Mesa do Congresso distribuí-las entre a Câmara e o Senado, observando critério de alternância. E caberá à comissão mista de deputados e sena-



Fogaça: não há caso de MP votada em 30 dias

dores emitir parecer sobre as MPs, antes de serem apreciadas em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso.

O substitutivo aprovado relaciona ainda matérias que não poderão ser objeto de medidas provisórias, entre elas, o sequestro de bens, de poupança popular ou de qualquer ativo financeiro, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direitos Eleitoral, Penal e Processual. Foi também decidido que as MPs editadas em data anterior à da publicação dessa emenda continuarão em vi-

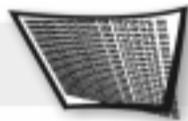
gor até que MP ulterior as revogue ou até deliberação definitiva do Congresso.

Em defesa do substitutivo, José Fogaça argumentou que não há caso de medida provisória que tenha sido votada em 30 dias, daí resultando que o presidente da República é sempre obrigado a fazer reedições para evitar o vácuo legislativo. Ele também alertou os senadores para a alta responsabilidade que estavam assumindo com a votação dessa matéria. "Vamos assumir a responsabilidade definitiva da aprovação ou da rejeição de uma MP", avisou.

Fogaça disse que o presidente Antonio Carlos Magalhães, que anunciou seu voto favorável à PEC, é o verdadeiro sustentáculo do passo histórico que significará essa mudança constitucional. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que há me-

das provisórias reeditadas mais de 70 vezes, existindo ainda em tramitação na Casa MPs editadas pelo ex-presidente Itamar Franco.

José Roberto Arruda (PSDB-DF) lembrou que exatamente por ser um instrumento próprio do sistema parlamentarista, a medida provisória trouxe sérios problemas para a administração do país. "Todos desejamos mudar o formato e diminuir a frequência das medidas provisórias", afirmou ele. Arruda defendeu contudo a idéia de que se devolvesse ao Executivo o poder de decidir sobre matérias de caráter eminentemente administrativo que, por sua simplicidade, cabem ao governo, não ao Parlamento. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) cumprimentou Fogaça pelo seu trabalho e disse que a proposta propicia uma verdadeira reeducação política.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (substituto da Câmara). Esperidião Amin e outros. Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal e dá outras providências (regulamenta a adoção de medidas provisórias). **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (substituto). Votaram: Sim: 64 Não: 0 Abst.: 8 Total: 72. Fica prejudicada a proposta. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 25.11.99, para o 2º turno constitucional.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 (nº 1.527/99, na Casa de origem). Presidente da República. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (Previdência). **Resultado:** Aprovado o projeto. Votaram: Sim: 46 Não: 22 Abst.: 0 Total: 68. Aprovada a Emenda nº 1-CAE, de redação. À sanção.

3

Projeto de Resolução nº 114, de 1999, MSF nº 138/99 (nº 973/99, na origem). CAE. Autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com garantia da União, junto ao Banco Mundial, no valor equivalente a até US\$ 57 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação do Solo — Microbacias. **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Resolução nº 115, de 1999, MSF nº 154/99 (nº 956/99, na origem). CAE. Autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com garantia da União, junto ao Banco Mundial, no valor equivalente a até US\$ 45 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto Integrado de Transporte Urbano de São Paulo — Ligação Barra Funda/Roosevelt. **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1999 — Complementar. Marina Silva. Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. **Resultado:** Rejeitado. Votaram: Sim: 40 Não: 19 Abst.: 4 Total: 63. Prejudicada a Emenda nº 1-CAS. Ao arquivo.

6

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1999. Lúcio Alcântara e outros. Assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades. **Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

7

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1995 (nº 2.001/91, na Casa de origem). Introduce alterações na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que institui o seguro-desemprego, visando estender o benefício ao empregado doméstico, e dá outras providências. **Resultado:** Aprovado o projeto. Rejeitado o art. 3º, destacado. À sanção.

8

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1995 (nº 3.016/92, na Casa de origem). Dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (cômputo na jornada de trabalho do tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, e para seu retorno, quando não servido por transporte público). **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CAS. Rejeitado o art. 3º, destacado. À Câmara dos Deputados.

9

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1996 (nº 1.643/96, na Casa de origem). Altera o art.

883 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (permitindo que qualquer pessoa adulta que se encontre no endereço indicado possa receber aviso de intimação enviado, por preposto, pelo oficial). **Resultado:** Aprovado o projeto, nos termos do adendo do relator para adequação ao art. 3º da Lei Complementar nº 95, de 1998. À sanção.

10

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1998 (nº 489/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Mulher Ltda. para explorar canal de TV em Araraquara (SP). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

11

Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1998 (nº 493/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Dom Avelar Brandão Vilela para rádio OM em Teresina (PI). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

12

Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1998 (nº 503/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda. para rádio FM em Campo Grande (MS). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

13

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1998 (nº 519/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Negrinho OM Ltda. (SC). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

14

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 1998 (nº 568/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação João XXIII para rádio OM em Mafra (SC). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

15

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 1998 (nº 571/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Jornal Fluminense OM de Campos (RJ). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

16

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1998 (nº 578/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Sistema Independência de Rádio e Comunicações Ltda. para rádio OM em São José do Rio Preto (SP). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

17

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1998 (nº 586/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Isaec de Comunicação para rádio FM em Blumenau (SC). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

18

Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 1998 (nº 606/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Navegantes para rádio OM em Porto Lucena (RS). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

19

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1999 (nº 750/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova concessão à Fundação Século Vinte e Um para canal de TV educativa em Campinas (SP). **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

20

Requerimento nº 635, de 1999. Osmar Dias. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 526 e 538, de 1999, por regulararem a mesma matéria. **Resultado:** Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Aprovados empréstimos para estado de São Paulo

Em votação simbólica, o plenário do Senado aprovou ontem autorização para o governo do estado de São Paulo contrair empréstimo de US\$ 55 milhões junto ao Banco Mundial, com garantia da União. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação do Solo (Microbacias), a ser executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Os juros serão pagos a uma taxa anual igual ao Custo de Empréstimos Qualificados, acrescido de margem de 0,5% ao ano, incidente sobre os valores desembolsados, a partir da data de cada

desembolso. Deverá ser pago em 13,5 anos, com quatro anos de carência.

Na mesma sessão, os senadores autorizaram o governo paulista a contrair empréstimo de US\$ 45 milhões junto ao Bird, também com garantia da União, para o financiamento parcial do Projeto Integrado de Transporte Urbano de São Paulo — Ligação Barra Funda/Roosevelt. O empréstimo deverá ser pago em 14 anos, com 4,5 anos de carência, e a uma taxa de juros semelhante à do empréstimo destinado ao projeto Microbacias. As duas operações tiveram como relator o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e vão agora a promulgação.

Projeto que criava reserva é rejeitado por um voto

Com 40 votos favoráveis, 19 contrários e quatro abstenções, foi rejeitado ontem projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) destinado a criar uma reserva, constituída de 2% do Fundo de Participação dos Estados (FEP), para ser distribuída às unidades da Federação que abrigam unidades de conservação da natureza ou territórios indígenas demarcados, para aplicação em projetos de desenvolvimento sustentável. Por um voto o projeto foi rejeitado.

Marina argumentou que o Congresso efetivaria, na prática, aquilo que o país já instituiu como um grande consenso — a preservação da natureza aliada ao desenvolvimento econômico sustentável. Outro argumento da senadora foi o de que o Congresso estaria prestando um serviço não só ao

Brasil, mas ao mundo.

Romero Jucá (PSDB-RR) também argumentou que o Legislativo devia defender o meio ambiente não apenas com discursos, mas com ações concretas, como a criação dessa reserva com recursos do FEP. "Esse projeto retira um pouco de estados mais ricos e ajuda no resgate da dignidade do povo da Amazônia", afirmou Jucá. Os senadores

Paulo Hartung (PPS-ES) e Jader Barbalho (PMDB-PA) também parabenizaram a iniciativa de Marina Silva, observando que não se pode ajudar a Amazônia apenas com discursos.

A chegada do senador Tião Viana (PT-AC), que estava na reunião de uma comissão e que declarou seu voto favorável à iniciativa, não foi suficiente para mudar o resultado da votação, visto que esta já estava encerrada.



Marina: objetivo era a preservação da natureza

Procuradores denunciam uso ilegal dos bingos

Autores de ação cautelar dizem que esquema tinha como objetivo lavar os lucros obtidos pela máfia italiana com o narcotráfico e alimentar uma caixinha eleitoral montada pelo ministro Rafael Greca para disputar o governo do Paraná

Os procuradores da República Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb afirmaram ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que “o esquema dos bingos visava à lavagem de dinheiro obtido pela máfia italiana com o narcotráfico internacional”. Os procuradores, que atuam no Distrito Federal, chegaram a esta conclusão a partir da análise de documentos nos quais se basearam para apresentar a ação cautelar preparatória da ação de improbidade e ação civil pública contra o ex-titular do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Esporte (Indesp), Luiz Antônio Buffara.

Souza e Schelb defenderam a instalação de uma CPI mista para investigar adequadamente a possibilidade de grandes mafiosos terem a intenção de usar o bingo eletrônico no Brasil para lavar o dinheiro obtido com o tráfico, sobretudo na Europa.

Souza também vinculou as autorizações irregulares para o funcionamento de bingos eletrônicos no Brasil a uma estratégia montada para conseguir recursos que, posteriormente, seriam usados no financiamento da campanha do atual ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, para o governo do Paraná em 2002. De acordo com o procurador, há atualmente 5.500 bingos funcionando e apenas três fiscais em todo o Brasil.

Ele assegurou que os critérios adotados para autorizar o funcionamento dos bingos eletrônicos “não tinham nada de técnicos, e eram rigorosamente políticos”. O

procurador leu vários depoimentos colhidos por funcionários do Indesp – órgão do Ministério do Esporte e Turismo encarregado de dar a autorização – revelando irregularidades e os colocou à disposição dos senadores.

CARTAS MARCADAS

Ao comentar os antecedentes legislativos que permitiram a introdução do bingo eletrônico no país, Guilherme Schelb afirmou que uma ambigüidade da Lei Pelé permitiu ao deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ) introduzir modificações na legislação, justificando a exploração dos bingos com o argumento de que os recursos obtidos seriam utilizados para financiar os esportes. “Isso jamais aconteceu”, afirmou Schelb.

O procurador disse que, “com a colaboração de homens ligados às máfias da Itália e da Espanha, foi preparada uma medida provisória” favorecendo os exploradores das casas de bingo. De acordo com Schelb, a MP só não foi assinada pelo presidente Fernando Henrique porque as autoridades italianas, “atentas aos movimentos dos mafiosos”, denunciaram a tentativa. Foi nesse momento, lembrou, que ele e Souza ajuizaram a ação cautelar.

Segundo Schelb, as investigações já revelaram que, através de amplo entendimento entre burocratas do Indesp, representantes das máfias da Itália e da Espanha e banqueiros de bicho brasileiros, seria montado um esquema de exploração dos bingos, com rendimentos de US\$ 1,6 bilhão por ano por meio da instalação de cerca de 100 mil máquinas.

nadores da base governista para pedir que retirassem suas assinaturas do requerimento para a criação da CPI dos Bingos, inviabilizando-a.

Osmar criticou o ex-superintendente do Indesp Antônio Buffara, que, depois de ter recusado convite para depor na CAS, alegando problemas de saúde, “encontra-se desaparecido”, assim como Paulo Araújo – que, conforme informação repassada à CAS, foi o maior responsável pela redação da Portaria nº 23, que permitiu a instalação dos bingos eletrônicos. Osmar disse que vai consultar a assessoria jurídica do Senado para verificar que providências pode tomar em relação aos dois.



Ouvido pelos senadores Osmar Dias e Heloisa Helena (D) e por seu colega Guilherme Schelb, Souza (E) disse que os critérios políticos prevaleciam na autorização para funcionamento dos bingos

Senadores divergem sobre rumos da investigação

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que os indícios de irregularidades na liberação dos bingos eletrônicos e de utilização deles para lavagem de dinheiro de traficantes e mafiosos, conforme denúncia do Ministério Público, podem levar à transformação da CPI do Narcotráfico, que funciona na Câmara, em comissão mista.

Apesar de reconhecer que as denúncias do Ministério Público “são graves” e que as supostas irregularidades têm que ser averiguadas, Arruda descarta a criação da chamada CPI dos Bingos. Segundo ele, a CPI da Câmara vem colhendo resultados excelentes no combate ao crime organizado, “devendo ser fortalecida, ao invés de se criar uma outra comissão”.

O líder do governo condiciona a



Arruda acha que a CPI do Narcotráfico pode se tornar comissão mista

transformação da CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, em CPI mista do Congresso ao depoimento que o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, fará hoje no plenário do Senado. “Os dois lados têm que ser ouvidos e o ministro terá a oportunidade de dar todas as explicações necessárias”, disse Arruda, ao in-

formar que já preparou um projeto de lei para extinguir os bingos em todo o país. A iniciativa, informou ele, é apoiada pelo presidente Fernando Henrique. Mas o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, Osmar Dias (PSDB-PR), com apoio de vários senadores e dos procuradores Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb – responsáveis pelas denúncias –, defendeu a imediata criação da CPI dos Bingos, que te-

ria poderes para apurar desde a lavagem de dinheiro do narcotráfico, passando por possíveis ligações de políticos brasileiros com a máfia italiana.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) manifestou a mesma posição e disse ser indispensável a instalação da CPI, uma vez que existem fortes indícios de que o ministro e seus assessores diretos “estão envolvidos em improbidades administrativas”.

Para os procuradores, não há dúvidas de que a apuração dos fatos demonstra que o ministro “cometeu improbidade administrativa” na condução da liberação dos bingos eletrônicos e na legalização de máquinas caça-níqueis. “É o código da máfia implantado dentro do Estado brasileiro”, afirmou o procurador Luiz Francisco.

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) também defendeu a instalação da CPI dos Bingos. “Sinto-me envergonhada se, depois de tantas evidências que chegam a envolver até um ministro, o Congresso não criar uma CPI para apurar, com rigor, todas as denúncias”, afirmou.

Osmar Dias anuncia nova tentativa de criar CPI

Após ouvir do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), declarara à Rádio CBN ser favorável a uma CPI para investigar irregularidades no funcionamento dos bingos, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que vai refazer o requerimento de instalação da comissão e pedir a Arruda que o ajude a recolher as assinaturas.

Ele fez a afirmação durante a audiência pública em que foram ouvidos os procuradores Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb. Sexta-feira passada, Requião havia dito que Arruda, “obedecendo a orientação do próprio FHC”, teria procurado se-

Depoimento do ministro Rafael Greca está previsto para as 10 horas de hoje

O plenário do Senado ouve hoje, a partir das 10 horas, o depoimento do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca.

Por iniciativa própria, ele falará sobre a questão dos bingos no país. O ministro vem sendo acusado de fornecer autorizações irregulares para o funcionamento de bingos, com o

objetivo de obter recursos para financiar sua campanha eleitoral ao governo do estado do Paraná, em 2002.

Ele também deve ser questionado sobre as supostas vinculações entre o funcionamento dos bingos no país e a lavagem do dinheiro do narcotráfico. Até ontem, 22 senadores estavam inscritos para fazer perguntas a Greca.



Greca pediu para ser ouvido para esclarecer as supostas irregularidades nos bingos

Relatório aponta desvio de recursos públicos

A comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário concluiu que o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, praticou atos que indicam improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio durante o período em que foi responsável pela construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do tribunal. O relatório do senador Paulo Souto sobre o caso do TRT-SP foi aprovado ontem, por unanimidade. A CPI também concluiu que o Grupo Monteiro de Barros, responsável pela construção do prédio, depositou recursos volumosos nas contas das empresas



do Grupo OK. Esses depósitos, segundo o relator, “não foram suficientemente esclarecidos à CPI”. Os resultados das investigações da CPI e os documentos reunidos pelos senadores serão enviados ao Ministério Público Federal, que poderá oferecer denúncia contra os envolvidos. O relatório do senador Paulo Souto recomenda maior rapidez no exame de acordos internacionais em tramitação no Congresso Nacional. Esses acordos, segundo o relator, irão facilitar a apuração e punição de delitos que tenham ligações com outros países. O relator justificou a recomendação, lembrando que a CPI, quando necessitou de colaboração internacional nas investigações, encontrou dificuldades para reunir as informações.



Souto afirmou que a CPI precisou de colaboração internacional para ouvir testemunhas e coletar documentos

Souto prevê que aprovação de acordos internacionais facilitará apuração de delitos

O relatório sobre as denúncias de irregularidades e superfaturamento na construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do TRT de São Paulo, aprovado por unanimidade, ontem, pela CPI do Judiciário, sugere maior rapidez no exame de dois acordos internacionais em tramitação no Congresso. Segundo o relator da comissão parlamentar de inquérito, senador Paulo Souto (PFL-BA), a aprovação dos acordos facilitará a apuração e punição de delitos que tenham repercussão em outros países.

Um dos acordos, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos, estabelece meios de cooperação na investigação policial, no processo penal e nas iniciativas de prevenção do crime. Determina que autoridades centrais facilitem o intercâmbio de informação entre os dois países. O principal objetivo é o combate a atividades criminais consideradas graves, como a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas, munições e explosivos.

O outro acordo é uma convenção celebrada no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que visa combater a corrupção ativa, infração cometida por aquele que promove ou concede vantagem a

funcionário público estrangeiro com finalidade de obter vantagens ilícitas em transações comerciais internacionais. A corrupção de um funcionário público estrangeiro passaria a ser considerada um delito passível de extradição.

Souto justificou a recomendação revelando que a CPI necessitou de colaboração externa não só para a inquirição de investigados e testemunhas, mas também para a coleta de documentação a ser fornecida como prova ao Ministério Público. Ele acrescentou que nestas ocasiões encontrou dificuldades para reunir as informações, principalmente no que se refere a aplicações financeiras no exterior e movimentação de contas correntes em outros países.

O relatório também propõe alteração na legislação interna, através da celebração de atos internacionais para permitir a homologação de determinadas sentenças de execução no Brasil. Souto explicou que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quando se trata de cartas rogatórias (solicitação feita por um juiz ou tribunal de um país ao de outro), tem afastado a possibilidade jurídica de concessão de *exequatur* (fórmula que manda executar uma sentença de Justiça estrangeira ou certa diligência em carta rogatória).

Após participar de reunião da CPI do Judiciário ontem, quando foi lido o relatório final sobre irregularidades na construção das juntas de Conciliação e Julgamento do TRT-SP, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou o “excelente documento preparado pelo relator Paulo Souto”. Antonio Carlos declarou sua confiança em que o Ministério Público examinará as recomendações de

punição “com a mesma coragem e isenção que o Senado está tendo”.

O presidente considerou o trabalho apresentado pelo relator como “muito bem feito e incontestável”, mas evitou antecipar uma posição em relação à situação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que teve o Grupo OK, de sua propriedade, citado nas conclusões do senador Paulo Souto sobre os desvios de recursos públicos na obra contratada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Antonio Carlos disse que a Mesa do Senado estudará o caso à luz das conclusões aprovadas pela comissão parlamentar de inquérito, mas preferiu não antecipar qualquer posição a respeito de “cassação ou qualquer outra punição no Senado, pois o assunto precisa ser muito bem estudado”. Ele afirmou, no entanto, que se “a CPI não pode sacrificar injustamente um senador; se for de justiça sacrificar, a instituição é mais forte que um senador”.

A justiça será feita, enfatizou, lembrando que há muito tempo defende a imunidade parlamentar, para deputados e senadores, restrita à atuação dos políticos den-



Paulo Souto, Antonio Carlos, Ramez Tebet e Carlos Wilson participam da reunião da CPI

tro do Congresso Nacional.

– Fora do Congresso a imunidade não deve existir, pois lá fora todos somos cidadãos comuns – argumentou.

O presidente do Senado confirmou ter recebido telefonema do ex-presidente Fernando Collor, mas negou que fosse especificamente para tratar da situação do senador Luiz Estevão no relatório

da CPI do Judiciário.

Antonio Carlos confirmou, ainda, que todas as denúncias recebidas pela comissão parlamentar de inquérito – as questões investigadas e os casos que não puderam ser examinados – “serão reunidas em um livro, com três volumes, que será enviado para exame e providências pela Justiça de todo o país”.

Resultados serão comentados em pronunciamento no plenário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pretende comentar, em discurso a ser pronunciado na próxima semana, os resultados da CPI do Judiciário, cuja instalação aconteceu a partir de requerimento de sua iniciativa. “A CPI fez um excelente trabalho, cumpriu o seu dever, e estamos muito orgulhosos disso”, afirmou o senador.

A CPI começou a partir de um discurso pronunciado pelo senador Antonio Carlos Magalhães em 25 de março deste ano. No pronunciamento, acompanhado por um plenário lotado, Antonio Carlos apresentou denúncias de irregularidades, que também constaram de seu requerimento de constituição da CPI, assinado pela maioria dos senadores. Entre os fatos determinados – condição básica para instalação de uma CPI – foram citados, na ocasião, licitação e contratação de obras sem observância da lei, emprego indevido de verbas públicas, nomeações irregulares de servidores, nepotismo, corrupção e casos lesivos ao erário.



Paulo Souto apresenta seu relatório à CPI, ao lado de Antonio Carlos, Ramez Tebet e Carlos Wilson



Dinheiro da obra foi parar em contas na Suíça e em Cayman

Juiz Nicolau é apontado como principal responsável pelo desvio de R\$ 169 milhões em proveito próprio e das empresas contratadas

O juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, praticou atos que indicam improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio, durante o período em que foi o responsável pela construção do prédio do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento na capital paulista. A conclusão está no relatório do senador Paulo Souto (PFL-BA) sobre o caso do TRT da 2ª Região, aprovado por unanimidade, ontem, pela CPI do Judiciário. Os resultados das investigações da CPI serão enviados ao Ministério Público Federal.

De acordo com o relator da CPI, o juiz recebeu vantagem econômica das empresas contratadas para a construção do fórum trabalhista, as construtoras Incal e Ikal, do Grupo Monteiro de Barros. A partir de então, segundo o relatório, ele enriqueceu ilícitamente, tendo comprado um apartamento em Miami, depositado dinheiro em contas no exterior e adquirido bens "absolutamente incompatíveis com o

seu patrimônio e renda declarados". Souto acrescentou que há indícios de que o juiz praticou o superfaturamento da obra, favorecendo a empresa contratada, para enriquecimento ilícito de seus titulares e representantes.

Baseado na última fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) no edifício-sede, o senador afirmou que, dos R\$ 231 milhões pagos pela obra, foram desviados ilegalmente R\$ 169 milhões.

Desde a elaboração do edital para a construção do prédio, observou Souto, havia intenção de facilitar o superfaturamento da obra "com o fim de desviar dinheiro público para o patrimônio particular". Daí a opção pela não especificação do objeto a ser contratado, explicou, e pelo contrato de direito privado, para dificultar a fiscalização dos órgãos competentes.

— Esta comissão chegou à conclusão de que há evidentes indícios de que o juiz Nicolau dos Santos Neto foi responsável pelo desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio — afirmou Paulo Souto.

A CPI, informou o relator, também tem provas de que o juiz praticou cri-

me contra o sistema financeiro nacional, previsto na Lei 7.492. O senador disse que o juiz pode ser enquadrado no artigo 22 da lei que pune quem efetua operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do país.

Em depoimentos à CPI, ex-funcionários e ex-diretores do Banco Noroeste testemunharam que Nicolau enviou dólares para as Ilhas Cayman, com movimento de US\$ 5,9 milhões. As autoridades suíças, segundo o relatório, constataram também depósitos no valor total de US\$ 6,84 milhões nas contas do juiz naquele país, no período entre 8 de outubro de 1991 e 26 de abril de 1994. Os atos praticados pelo juiz, conforme o relator, também enquadram-se no crime de quadrilha ou bando.

— Esta comissão colheu elementos suficientes para concluir que há indícios expressivos de que os srs. Fábio Monteiro de Barros, José Eduardo Ferraz, Pedro Rodovalho e Nicolau dos Santos Neto associaram-se para se apropriar de recursos públicos e praticar a lavagem desses recursos com o fim de promover a sua evasão para o exterior — afirmou Souto.

Depósitos ao Grupo OK não foram esclarecidos, diz relator

O senador Paulo Souto afirmou, no relatório, que houve um "impressionante volume de recursos" depositados pelo Grupo Monteiro de Barros — responsável pela construção da obra do TRT de São Paulo — nas contas das empresas do Grupo OK. Esses depósitos, acrescentou, "não foram suficientemente esclarecidos à CPI".

— Uma vez comprovada a ilicitude de depósitos feitos pelo Grupo Monteiro de Barros para empresas que participaram ou não do processo licitatório, os responsáveis por essas empresas devem ser incurso na Lei da Improbidade Administrativa — afirmou o relator.

Segundo o relator, as suspeitas de ligações entre o Grupo Monteiro de Barros e o Grupo OK começaram a surgir a partir das diversas ligações telefônicas

apuradas pela CPI. Ele disse que US\$ 34,2 milhões foram pagos ao Grupo OK, alimentados pelos recursos destinados ao TRT de São Paulo.

Além da construção do prédio em São Paulo, segundo o relatório, a Construtora Ikal, do Grupo Monteiro de Barros, também manteve negócios com o Grupo OK em obras em Pernambuco, totalizando R\$ 7,326 milhões de transferências para as empresas do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O relator concluiu que o Grupo Monteiro de Barros e o Grupo OK praticaram atos "lesivos ao patrimônio público e enriquecimento ilícito".

A CPI também chegou à conclusão, de acordo com o relator, de que existiu um conluio entre o juiz Nicolau dos Santos Neto e os representantes da Incal/Ikal, os empresários Fábio Monteiro de Barros e

José Eduardo Ferraz. Além desses, afirma o relatório, o juiz Délvio Buffulin também facilitou e concorreu para a incorporação ilícita de verbas públicas ao patrimônio do Grupo Monteiro de Barros.

Souto enumerou ainda outros envolvidos, entre eles o engenheiro Antônio Carlos da Gama e Silva, responsável pela obra, que, segundo o relatório, falsificou seus pareceres, influenciando, dessa forma, na liberação das parcelas de pagamentos, bem como o engenheiro Gilberto Paixão Morand. Para o relator, também há indícios de enriquecimento ilícito dessas pessoas que participaram da construção do prédio.

Outro envolvido é Pedro Rodovalho, que, conforme o relatório, assinou recibos falsos como procurador da International Real Estate.

Dutra aponta subsídios para processo por quebra de decoro

Único senador a comentar o teor do relatório sobre o Tribunal Regional do Trabalho de São

Paulo aprovado ontem pela CPI do Judiciário, José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o do-

documento poderá subsidiar uma representação à Mesa do Senado ou à Comissão de Ética da Casa, sobre uma possível quebra de decoro parlamentar pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

— Por envolver um senador, as conclusões a que o Ministério Público chegar sobre as investigações poderão ser encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, e o Senado poderá ser instado a se manifestar se autoriza ou não o STF a abrir um processo contra Luiz Estevão — comentou Dutra.

Na opinião do senador por Sergipe, apesar de o trabalho das

CPIs se encerrarem geralmente com a entrega do relatório ao Ministério Público, no caso do TRT-SP, por envolver um senador, o papel do Senado não deve se esgotar.

Ao encaminhar seu voto favorável ao relatório, José Eduardo Dutra elogiou o trabalho do relator, senador Paulo Souto (PFL-BA). Ele disse que, tendo em vista a documentação reunida pela CPI e as deliberações tomadas, o documento não poderia ser diferente. "Se fosse eu o relator a única diferença é que eu poderia colocar um 'molho' maior nas conclusões", afirmou.

Já o relator Paulo Souto sustentou que a grande contribuição da CPI não foi sugerir o indiciamento dos envolvidos nas irregularidades cometidas no caso do TRT-SP, mas a farta documentação reunida durante as investigações. "O grande número de provas e indícios permitirão que o Ministério Público decida pelo ajuizamento ou não das ações propostas", explicou.



José Eduardo Dutra disse que o papel do Senado não deve se esgotar com a entrega do relatório ao Ministério Público

Para Estevão, relatório não questiona ação parlamentar

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) distribuiu nota à imprensa, ontem, a propósito da divulgação do relatório da CPI do Judiciário sobre o caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, afirmando que o documento "deixa claro que o que está sendo objeto de questionamento são exclusivamente as relações comerciais ocorridas entre o Grupo OK e o Grupo Monteiro de Barros". O relatório, observa o senador, "remete tais questionamentos à investigação do Ministério Público".

Luiz Estevão diz, na nota, que apesar de já estar afastado da direção de suas empresas desde 1994, na condição de empresário irá, "no foro e momento oportunos, dar mais uma vez a demonstração da total legalidade e lisura dessas relações empresariais".

O senador ressalta que o relatório não faz qualquer alusão a sua conduta como senador. "No que diz respeito ao exercício do mandato de senador pelo Distrito Federal, função da qual muito me orgulho, o relatório da CPI do Judiciário não faz qualquer alusão a minha conduta, circunstância que evidencia a absoluta correção com que tenho exercido a atividade parlamentar. Quem fizer a leitura do texto divulgado verificará exatamente isto."

CCJ debate hoje imputabilidade penal aos 16 anos

A redução da idade para efeito de punição legal, prevista em duas emendas constitucionais, será o tema de audiência pública que contará com a presença de um ministro do STJ e de representantes da sociedade civil

As propostas de reduzir de 18 para 16 anos a idade para imputabilidade penal serão o tema da audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará hoje, a partir das 15 horas. A audiência deverá contar com a participação do ministro Francisco Assis Toledo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); do professor Diaulas Ribeiro, da Universidade Católica de Brasília; do presidente nacional da Juventude Latino-Americana pela Democracia – Julad/Brasil, Sérgio Muri-



Jucá é autor de uma das duas emendas à Constituição que reduzem a idade penal

lo; da escritora Glória Peres e da jornalista Valéria Velasco.

A alteração está sendo sugerida em duas propostas de emenda à Constituição de autoria dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), que têm como relator o senador Amir Lando (PMDB-RO). A audiência pública foi solicitada pelo presidente da Julad/Brasil e pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), cujo requerimento recebeu aprovação dos membros da comissão. A CCJ é presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN).

Separados poderão estabelecer novo tipo de sociedade conjugal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, pareceres favoráveis a quatro projetos de lei de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA). O primeiro, da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), permite aos separados judicialmente restabelecer a sociedade conjugal por um regime de bens diferente do escolhido no matrimônio. Lido na comissão pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o parecer será ainda votado em plenário.

Foram aprovadas três emendas apresentadas pela relatora. Pelo novo texto, os cônjuges podem, a qualquer tempo, restabelecer a sociedade conjugal, desde que o façam mediante requerimento nos autos da separação. Na reconciliação, podem optar por novo regime de bens, desde que já tenha sido averbada em cartório a partilha decretada em sentença judicial. Fica assegurado que a reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens.

Dois pareceres favoráveis a projetos de Lobão partiram do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O primeiro propõe a aprovação de projeto de lei que altera as penas passíveis de aplicação pelos conselhos Federal e regionais de Medicina. A proposição aprovada na CCJ amplia a penalidade de suspensão do exercício profissional de 30 dias para até 24 meses. As sanções previstas são advertência confidencial; censura confidencial; censura pública; suspensão do exercício profissional,

e cassação do exercício profissional.

Outro parecer de Alcântara foi apresentado a projeto que altera o Código Civil, assegurando ao filho solteiro portador de deficiência o direito de habitar o imóvel de pais falecidos. O senador apresentou emenda acrescentando que a deficiência deve ser impeditiva para o trabalho.

Por fim, foi aprovado também parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ao projeto de lei que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudos. O projeto determina que o governo federal estabeleça o valor de cada bolsa de estudos, com base na média de preços praticados pelas escolas privadas de educação básica, desde que se enquadrem como confessionais, comunitárias ou filantrópicas. A renda das famílias dos estudantes beneficiados não pode ultrapassar o limite de isenção do Imposto de Renda.

O projeto também atribui ao governo federal a definição de critérios para comprovação da insuficiência de recursos e para a seleção dos candidatos. A relatora ressaltou que a prioridade será para os residentes de municípios onde houver maior falta de vagas ou de cursos regulares da rede pública.

O senador Lúcio Alcântara lembrou que projeto semelhante, do deputado Ubiratan Aguiar, fora votado no dia anterior pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Prevalceu, porém, a opinião do senador José Fogaça (PMDB-RS), para quem as matérias não são conflitantes e, por isso, poderiam ser votadas separadamente.

Projeto da Câmara aprovado pela CCJ será agora apreciado pelo plenário



Defensoria Pública da União é autorizada a firmar convênios

Um projeto de lei complementar que permite à Defensoria Pública da União estabelecer convênios com as defensorias públicas dos estados teve parecer favorável aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Devido à urgência constitucional em sua tramitação, a matéria foi incluída na pauta de ontem durante a reunião da CCJ e será ainda votada pelo plenário do Senado.

O projeto, de autoria do Poder Executivo, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Determina que, nas unidades em que não exista a Defensoria Pública, o convênio poderá ser firmado com a entidade pública que desempenhar esta função. Elas atuarão junto aos órgãos de primeiro e segundo grau de jurisdição das Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar. A Defensoria Pública da União prestará assistência judiciária junto ao Supremo Tribunal Federal e tribunais superiores.

O relator do projeto, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), rejeitou emen-

da do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que explicitava a possibilidade de os convênios serem estabelecidos com as seções regionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Justificou que, mesmo sem a menção explícita na lei, a entidade poderá firmar os convênios.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou a precariedade das defensorias públicas, instituídas em apenas cinco estados, inclusive o que representa. O senador, que se absteve na votação, afirmou que “não se pode entregar o problema para quem não tem condições de resolvê-lo”. Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), os convênios trarão repasses de recursos para os estados, que assim se sentirão estimulados a criar suas próprias defensorias. Também optou pela abstenção o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A CCJ também aprovou parecer de Cabral favorável ao projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que obriga os profissionais formados em instituições públicas gratuitas a cumprirem nomeações judiciais para elaborar perícias quan-

do o ônus da prova couber a beneficiários da assistência judiciária, ou seja, sem condição de pagar um advogado.

As nomeações, entretanto, não podem exceder a três, nos cinco anos seguintes após a formatura do profissional. Para o relator, a proposição dá mais direitos de cidadania à população carente. Aprovada na comissão por unanimidade, será ainda votada em plenário.

Também foi aprovado por unanimidade na CCJ parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG) ao projeto de resolução da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que cria o “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz”. O projeto prevê que o diploma será conferido a cinco mulheres, de diferentes áreas de atuação, nas atividades decorrentes do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

As candidatas ao prêmio poderão ser inscritas por qualquer entidade que trabalhe com a promoção e valorização da mulher. Para a escolha, será instituído um conselho composto por um representante de cada partido no Senado Federal. O relator destacou as atividades de Bertha Lutz – eleita deputada federal em 1936 –, como as campanhas pela igualdade de salários, pelo acesso à escola e pelo voto das mulheres.

Lobão quer votação rápida de projetos que regulam mineração

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu uma ação conjunta entre deputados e senadores para pressionar e acelerar o processo de discussão e votação de dois projetos em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que regulam a atividade mineral. As propostas introduzem, entre outras, alterações no Código de Mineração estabelecendo a obrigatoriedade de recuperação de danos ecológicos por parte de responsáveis pela exploração de recursos minerais.

Segundo o senador pelo Maranhão, as alterações no Código de Mineração permitirão que os proprietários de empresas do setor sejam obrigados a restaurar a terra minerada para que

ela possa suportar seu uso original. Além disso, a proposta prevê o controle do despejo de rejeitos fora da área de mineração efetiva.

Após tecer elogios à atuação do ministro José Sarney Filho, do Meio Ambiente, que tem enfrentado com “dinamismo e determinação” os problemas ambientais do país, Edison Lobão alegou que têm faltado às autoridades ambientais recursos legais adequados para uma fiscalização permanente e mais rigorosa.

– A vítima da vez parece ser o patrimônio ecológico do país. O meio ambiente brasileiro continua a ser desrespeitado, depredado, num ritmo freneticamente impresso pela modernidade irracional – disse.

Lobão citou decreto assinado no último dia 21 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso regulamentando as penalidades previstas pela lei de crimes ambientais. Pelo decreto, as multas poderão chegar a R\$ 50 milhões em caso de reincidência. Antes, a multa máxima era de R\$ 4,9 mil. Para o senador, as mudanças devem-se, em larga medida, a acidentes recentes em reservas florestais. Quase 40 mil focos de queimadas foram detectadas em todo o território nacional de janeiro a agosto, a maioria em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.



Lobão prevê restauração de terras mineradas

Ministro rechaça intervenção na Amazônia

Para José Carlos Dias, da Justiça, uma possível ocupação da região por tropas internacionais, sob o argumento do combate ao narcotráfico, seria entendida pelo governo brasileiro como uma violação da soberania nacional

A invasão da Amazônia por tropas internacionais utilizando como pretexto o combate ao narcotráfico não seria permitida pelo governo brasileiro, garantiu ontem o ministro da Justiça, José Carlos Dias, em palestra proferida no encerramento do seminário "Amazônia – Patrimônio Ameaçado?", promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O ministro disse que isso significaria violar a soberania brasileira e que a grande preocupação do governo é ter um Estado apto a combater o crime organizado. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou preocupação com notícias sobre a "cobiça externa" despertada pela Amazônia em outros países.

O ministro lembrou que o presidente da República já criou o Núcleo de Combate à Impunidade, instalado no ministério e que é integrado por representantes das diversas áreas do governo envolvidas com o tema. O senador Tião Viana (PT-AC) perguntou se os outros ministérios estão igualmente comprometidos no com-

bate ao narcotráfico e revelou informações do Tesouro norte-americano segundo as quais os bancos brasileiros detêm 17% das contas bancárias dos traficantes colombianos.

José Carlos Dias afirmou que o presidente Fernando Henrique está "absolutamente consciente" de que é prioritário o combate ao problema e que os demais ministros sabem disso. O ministro disse ainda que esse entendimento facilitou a obtenção de recursos para abrir mais mil vagas na Polícia Federal, bem como aparelhá-la adequadamente para este trabalho. Dias observou que está reconsiderando posição em defesa do sigilo bancário. "Não será o caso de o cidadão saber que a sua conta bancária não está acima do interesse público?", questionou.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) reclamou da Funai, que, segundo ele, não é aceita nem pelos índios a quem deveria servir, e criticou as demarcações de terras indígenas, que considera exageradas em tamanho. O senador Mozarildo Caval-



Ministro José Carlos Dias ouviu queixas dos senadores sobre a atuação da Funai e prometeu visitar reservas indígenas

canti (PFL-RR) disse não ter nada contra a demarcação, desde que seja feita depois de ouvir os índios e as populações locais. Mozarildo denunciou a atuação das organizações não-governamentais e revelou que, de 97 a 99, a Funai autorizou 41 ONGs a atuarem nas reservas indígenas, sendo que apenas três delas eram brasileiras. O senador pediu a Dias que nomeie um índio para o comando da

Funai. O ministro da Justiça comprometeu-se a visitar pessoalmente as reservas indígenas para verificar as denúncias de Mozarildo e Mestrinho. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) alertou para o perigo da generalização, "pois, se existem ONGs picaretas, existem outras que ganharam o Nobel".

O outro palestrante do seminário foi o superintendente da Sudam,

Maurício Vasconcelos, que explicou as mudanças que estão sendo estudadas para transformar a instituição numa agência de desenvolvimento moderna. O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), elogiou Vasconcelos e disse que ele tem condições de modernizar a Sudam. Ao final da reunião, Sarney destacou a participação ativa dos senadores no seminário.

Representantes das rádios disseram que a Anatel não pode impedir funcionamento das emissoras



Rádios comunitárias enfrentam obstáculos legais e policiais

Uma série de obstáculos legais e policiais estão sendo postos pelo governo para impedir o funcionamento de rádios comunitárias, segundo afirmaram ontem representantes do setor e um juiz federal durante debate na Subcomissão de Rádio e TV da Comissão de Educação. O debate foi realizado atendendo a requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que reclamou da ação da Polícia Federal sobre os trabalhadores que tentam viabilizar seus próprios sistemas de comunicação:

— Em vez de reprimir as rádios comunitárias, a Polícia Federal deveria estar sendo mais bem usada no combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas — afirmou Cândido.

Presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), a reunião contou com a presença do presidente da Associação Brasileira de Rádios Comu-

nitárias (Abraço), José Luiz Sotter, e do presidente da Rádio Ar Livre do Rio de Janeiro, Emmanoel Magalhães. Este último, conforme informação de Cândido, está sendo processado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e tem de comparecer periodicamente à Polícia Federal como se fosse um preso em liberdade condicional:

— Temos o direito fundamental de nos comunicarmos dentro de um sistema que não privilegie o lucro — disse o presidente da Abraço, entidade que reúne 4,5 mil rádios.

Sotter explicou que, além de negar ou mesmo deixar de responder a pedidos de instalação de rádios, a Anatel criou regras "absurdas", como a que limita as transmissões das emissoras a um raio de um quilômetro. O raio não só é curto, como também deixa de levar em conta os

limites do relevo, que podem impedir ou dificultar a propagação das ondas.

Para o juiz Paulo Silveira, titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba (MG), a Anatel não tem o direito de interferir na constituição e funcionamento das rádios comunitárias, o que já foi expresso inclusive em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Caberia aos municípios e estados autorizar ou não as rádios. Ele próprio tem concedido muitas liminares autorizando o funcionamento de rádios. "Quero dar liberdade ao povo", disse o juiz.

Por sua vez, o presidente da Anatel, Renato Guerreiro, também participando da reunião, disse que a entidade está cumprindo a lei e que cabe ao Congresso Nacional mudar as atuais normas se entender que estas não são as melhores.

Poder Legislativo terá um "portal" na Internet

Seguindo a tendência mais moderna da Internet, o Poder Legislativo está montando o seu "portal" na rede mundial de computadores. O conceito de "portal" vem sendo utilizado para denominar *sites* de maior porte que integram e organizam grande quantidade de informação. E é assim que o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) chama o *site* da Interlegis, a Comunidade Virtual do Poder Legislativo (no endereço www.interlegis.gov.br):

— Esse "portal" há de ter tudo que a sociedade precisa saber sobre o Legislativo. Será uma porta de entrada para tudo que se relaciona a esse Poder — afirmou Regina Célia Peres Borges, diretora-executiva do Prodasen.

A Interlegis será debatida de 29 de novembro a 1º de dezembro, em Salvador, durante o I Seminário Nacional da Comunidade Virtual do Poder Legislativo. Junto com o seminário, acontecerá o IV Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial).

Regina Célia explicou que a Interlegis é um projeto de modernização do Legislativo e viabilizará a comu-

nicação entre todas as casas legislativas do país. Até julho do próximo ano será instalada uma rede que unirá as assembleias legislativas dos estados e do Distrito Federal, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União. O objetivo é levar a Interlegis também a 2.500 câmaras municipais, sendo que 558 devem ser atendidas até julho, de acordo com Regina Célia.

A diretora do Prodasen destacou a importância da integração entre as 5.500 casas legislativas existentes no Brasil, que possibilitará o intercâmbio de soluções e o treinamento a distância. Além disso, o cidadão poderá conhecer melhor o Legislativo e acompanhar de perto a ação dos parlamentares, o que, segundo ela, ajuda a melhorar a qualidade

do Poder Legislativo.

A Interlegis é parte do projeto do Senado, do qual fazem parte a TV, a Rádio e o *Jornal do Senado*, assim como o serviço "Disque Cidadão" (0800-612211), de disponibilizar, de forma transparente, as informações da Casa. A página da Interlegis já conta com importantes informações organizadas e pretende fornecer, de maneira facilitada ao cidadão, acesso a informações do Legislativo.



Regina Célia, diretora do Prodasen: maior acesso às informações

Eduardo Siqueira Campos prega união contra o crime

Senador diz que as autoridades públicas e a sociedade devem promover ação conjunta para conter a escalada da violência

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) manifestou preocupação com a escalada da violência no país, frisando que "a situação é insustentável" e a sociedade "não pode assistir passivamente a esse crescimento vertiginoso da criminalidade". Ele lembrou declarações recentes do presidente Fernando Henrique Cardoso contra o crime organizado e em defesa de uma ação conjunta da sociedade e da punição dos culpados.

Para o senador, "foi a convicção da impunidade que levou o Brasil ao momento que agora vivemos, com a violência criminosa insuportável para nossa ordeira e laboriosa população". Ele disse acreditar que o apelo do presidente "encontrará eco em toda a sociedade brasileira".

Eduardo Siqueira Campos destacou que o Congresso, "que vem trabalhando corajosamente por inter-



Eduardo defende a atuação integrada entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário

médio das CPIs", não faltará ao país, e tomará, no âmbito de sua competência, todas as providências necessárias para dar suporte ao Executi-

vo e ao Judiciário na erradicação do crime organizado.

O senador lembrou a situação das polícias no Brasil, "desequipadas e desmotivadas, com poder de fogo infinitamente inferior ao dos delinquentes, que usam armas sofisticadas e altamente letais". Também destacou o trabalho que policiais, integrantes do Ministério Público, magistrados e outras autoridades vêm desenvolvendo, muitas vezes com risco de vida.

O parlamentar também manifestou o seu contentamento com o fato de que "criminosos acobertados por mandatos populares ou refugiados em cargos públicos elevados vêm sendo denunciados e processados", o que, segundo disse, era "impensável há alguns anos, quando a tônica que vivíamos era, exatamente, a certeza da não punição".

Cândido alerta para riscos de liberação de transgênicos

Empresas multinacionais estão querendo apressar a liberação de transgênicos no Brasil, alertou o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ao propor que todos os segmentos da sociedade informem-se e debatam a questão. Ele disse que o governo se omite na discussão, tendo liberado o plantio de organismos geneticamente modificados (OGM), mesmo admitindo que não consegue fiscalizar efetivamente essas plantações.

O governo federal liberou cerca de 600 experimentos na área agrícola até 1998, mas, segundo Cândido, o Ministério da Agricultura admitiu não ter condições de fiscalizar nem 5% desse total. O senador advertiu que não se sabe nada sobre os danos que tais organismos podem causar ao ser humano e ao meio ambiente, e, mesmo assim, o governo cede às pressões internacionais para liberar essas práticas no país.

No caso da soja transgênica produzida pela Monsanto, disse o senador, o plantio apenas beneficia a empresa produtora das sementes. Não há aumento de produtividade. "Pelo contrário", ressaltou ele, "há o aumento de uso de agrotóxicos, que são vendidos pela mesma empresa que produz a semente transgênica, uma vez que essa soja é preparada para resistir ao agrotóxico específico por ela produzido".

Além disso, o senador alertou para a falta de mercado para esse produto. A Europa e o Japão já se declararam contrários aos transgênicos, sendo que 70% da produção brasileira de soja é comprada por países euro-



Geraldo Cândido defende amplo debate nacional sobre a produção de alimentos transgênicos

peus. Segundo o senador, é preciso conhecer os reais riscos desses organismos. Os alimentos que contêm transgênicos podem causar mais alergias, resistência a antibióticos, novas doenças, câncer, além de precisarem de mais agrotóxicos, adverte.

—O debate sobre organismos geneticamente modificados envolve a questão agrícola e agrária, saúde e alimentação, ciência e tecnologia, economia, direito, política, soberania nacional, direitos do consumidor, meio ambiente. Por isso, o debate deve ser amplo, abrangendo todos os segmentos da sociedade, que não podem permitir que um pequeno grupo decida o seu destino — alertou o senador, ao dizer que o debate sobre o tema no Brasil já chamou a atenção de outros países e até agricultores norte-americanos estão reexaminando suas decisões de produzir transgênicos.

Hartung propõe novo critério para taxaço de terrenos de marinha

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei que diminui e atualiza as medidas dos chamados "terrenos de marinha", definidos a partir de um indicador denominado "preamar-médio". O preamar-médio quantifica o alcance das marés altas durante um determinado período.

O utilizado na atual legislação é de 1831 e, na opinião do senador, gera distorções que obrigam famílias proprietárias de imóveis localizados a centenas de metros do mar a pagarem foros à União e fiquem impossibilitadas de adquirir a escritura definitiva de suas propriedades. Hartung



Paulo Hartung diz que o seu projeto resguarda o direito de propriedade da União

quer reduzir dos atuais 33 para 13 metros a área destinada a tais terrenos, delimitada a partir do preamar-médio de 1999.

O projeto resguarda o direito de propriedade da União e dos estados sobre as áreas onde têm edificações ou operam concessionárias ou permissionárias de serviços públicos integrantes de sua órbita de atuação. O senador ressaltou que não haverá dilapidação do patrimônio público, pois continua a ser pública a área atualmente ocupada pelo Estado, mesmo perdendo a denominação de "terrenos de marinha".

Álvaro Dias quer mudar regra para precatórios

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto que altera o Código de Processo Civil ampliando de dois para oito anos o direito de propor ação rescisória relativa a precatório judicial, contado, em qualquer caso, a partir da data do julgamento da ação. A proposta, segundo o senador, visa coibir "manipulações" dos processos de pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais.



Álvaro Dias condena os cálculos "estratosféricos" que prejudicam o erário

mento do vencedor da ação e o correspondente prejuízo da Fazenda Pública.

De acordo com o senador, a CPI dos Precatórios demonstrou que essas "manipulações" geraram cálculos irreais em relação aos débitos de precatórios, muitas vezes "estratosféricos e incompatíveis" com as receitas dos estados e municípios, e revelaram a "forma escusa" como são obtidos:

—A consequência imediata dessa modalidade de fraude é o favorecimento do vencedor da ação e o correspondente prejuízo da Fazenda Pública.

Óbvio que nem sempre o vencedor da causa contra a Fazenda age mancomunado com servidores, mas quando esse fato ocorre, por serem os autos entremeados a outros, estes de tramitação regular, mascaram-se as condutas em proveito do ilícito e, em maior ou menor grau, em desproveito de todo o povo brasileiro que recolhe impostos.

Segundo Álvaro Dias, a revisão dos pagamentos por precatórios no prazo de oito anos é de interesse de toda a sociedade, por ser ela quem mantém, através de tributos, a máquina estatal.

—Não é justo que a sociedade esteja contribuindo para sustentar a fraude perpetrada contra ela própria, pelo uso irregular do mecanismo judicial dos precatórios e, ao fim, reste desprovida de meios para defender-se desses procedimentos e rescindir o julgado — concluiu o parlamentar.



Alguns integrantes da orquestra se apresentaram ontem utilizando violões fabricados pelo mestre paraibano

Orquestra de Violões de Brasília abre exposição do mestre Elias Pinheiro

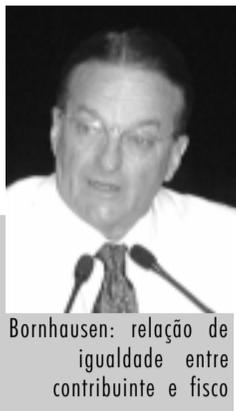
Com uma apresentação da Orquestra de Violões de Brasília, foi inaugurada ontem, na Galeria do Senado, a mostra "Mestre Elias Pinheiro", que retrata as várias etapas do trabalho do luthier, artesão que confecciona instrumentos musicais. Alguns violões usados na apresentação foram feitos por mestre Elias.

Elias Pinheiro, de 82 anos, é natural da Paraíba. Ao falar na abertura da mostra, dedicou-a ao senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), seu contemporâneo, que, impossibilitado de estar presente, foi representado pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. A exposição ficará aberta até o próximo dia 26.

Bornhausen vai propor código para defesa do contribuinte

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, apresentará no próximo dia 25 projeto que cria o Código de Defesa do Contribuinte. O objetivo é permitir que os contribuintes "tenham uma relação de igualdade" com o fisco, fixando obrigações das autoridades fazendárias no tratamento com pessoas e empresas.

Entre outros aspectos, o projeto proíbe o fechamento de qualquer estabelecimento de comércio ou indústria por fiscais ou que estes se façam acompanhar de força policial em seu trabalho, exceto se houver autorização de um juiz. Um dos artigos do novo código impede que as secretarias de Fazenda dos esta-



Bornhausen: relação de igualdade entre contribuinte e fisco

dos e dos municípios publiquem listas de contribuintes em débito, por causa dos prejuízos morais e financeiros. E mais: os órgãos fazendários terão que responder em 30 dias reclamações de contribuintes em processos e só poderão autuar uma empresa ou contribuinte pessoa física se tiverem alertado sobre o problema com pelo menos cinco dias de antecedência. E nenhum contribuinte será obrigado a fazer um pagamento para ter o "direito de reclamar".

Conforme Bornhausen, é preciso modernizar a legislação sobre o relacionamento do cidadão com o fisco, como ocorreu nos Estados Unidos e na Espanha.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Unibiótica
7h30 – *Especial Unip* – *Papilona virus* (3ª parte)
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – A senadora Marluce Pinto fala sobre o projeto Calha Norte
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após – Comissão do Orçamento (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Agenda Econômica* – Osires Lopes Silva,

professor da UnB, fala sobre reforma tributária
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Maldaner sugere um novo sistema de seguro-desemprego

Para senador, o programa precisa atender a um número maior de pessoas e não deve estar vinculado a um "emprego regular"

O seguro-desemprego do Brasil precisa passar por "mudanças profundas", para que atenda a um número maior de pessoas, defendeu em plenário o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Para ele, o atual seguro contra o desemprego "está muito vinculado à existência de um emprego



Maldaner pede política efetiva de combate ao desemprego no país

regular" nos meses que antecedem à demissão do trabalhador e isso exclui do sistema um número extremamente elevado de trabalhadores.

— É preciso ampliar o número de beneficiados e as circunstâncias cobertas pela seguridade. É necessário uma política efetiva de combate ao desemprego. Cremos que se deve abandonar a idéia de que só o crescimento econômico pode trazer novos empregos —

afirmou.

O seguro-desemprego no Brasil, que varia de R\$ 136,00 a R\$ 245,45, só é pago a quem tenha recebido salários, de empresas ou de pessoas físicas, nos seis meses anteriores à dispensa.

Depois de analisar as políticas contra o desemprego adotadas na Inglaterra, na Alemanha, na Espanha e na França, Casildo Maldaner observou que os estudos mais recentes sobre o assunto também abandonaram a idéia de que a desregulamentação possa produzir mais empregos. Nessa situação, geralmente os empregos criados são de salários mais baixos e com contratos de tempo limitado. No caso brasileiro, o senador acredita que o mercado de trabalho já está demasiadamente

flexível e, assim, esse caminho não teria grande eficiência.

Maldaner sugeriu ainda a criação de uma agência pública de emprego e propôs uma nova modalidade de seguro-desemprego, na qual as pessoas contribuiriam por determinado tempo para ter direito ao benefício.

Ele propôs ainda a edição de normas, já adotadas na Europa, pelas quais as pessoas só passam a ter direito ao seguro-desemprego se freqüentarem cursos de aperfeiçoamento ou comprovarem que estiveram procurando emprego.

Constam ainda das propostas do senador Casildo Maldaner um programa de estímulo à contratação de trabalhadores nas microempresas recém-constituídas e medidas para retardar o ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, mantendo-os nas escolas.

Fraga envia documentos sobre Excel e diz que BC não quis interferir nos trabalhos do Senado

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, encaminhou carta ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informando que já enviou à CPI do Sistema Financeiro toda a documentação sobre investigações de irregularidades no Banco Excel Econômico, denunciadas pela revista *IstoÉ Dinheiro*.

Na carta, lida em plenário na tarde de ontem, Armínio Fraga diz que em nenhum momento o BC "pretendeu interferir nas atribuições" do Senado, "que vem de-

sempenhando seu papel de forma fundamental na defesa de toda a sociedade brasileira".

No último dia 10, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) acusou o BC de dificultar os trabalhos da CPI e atrasar a entrega dos documentos. Conforme Jader, quase 20 dias depois da solicitação dos documentos pela CPI, o diretor de Fiscalização do Banco Central, Luiz Carlos Alvarez, enviou ofício ao Senado perguntando se os senadores da comissão de inquérito haviam aprovado o pedido dos documentos "por

maioria absoluta", como prevê a lei.

Jader Barbalho pretendia propor à CPI que investigasse denúncia de que o banqueiro Ezequiel Nasser, ex-presidente do Banco Excel, teria desviado R\$ 100 milhões do banco para as Bahamas logo depois que esta instituição comprou o Banco Econômico com apoio do Proer. Com o atraso no envio da documentação e com o final da CPI previsto para este mês, a comissão de inquérito não deverá tomar depoimentos sobre a denúncia.

Amorim quer Calabi, Dornelles e Antônio Ermírio em debate sobre privatizações

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) encaminhou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos no qual solicita que o presidente do BNDES, Andrea Calabi, seja convidado para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização conduzido pela instituição. Além de Calabi, Amorim pretende trazer à comissão o presidente do Conselho Curador do FGTS, ministro do Trabalho Francisco Dornelles, e o presidente do Grupo Votorantim, Antonio Ermírio de Moraes. As consequências da privatização no desen-

volvimento nacional e a atuação do BNDES no financiamento dessas privatizações estão entre os pontos a serem discutidos.

Na justificativa do requerimento, Amorim argumenta que o programa nacional de privatização não vem obtendo os resultados esperados no que se refere aos preços das empresas vendidas. Afirmou ainda que Calabi precisa explicar por que o BNDES, que adminis-



Amorim: programa de privatização não trouxe resultados esperados

tra recursos até dos trabalhadores, financiou empresas estrangeiras para participar de concorrências.

Ele disse também que os depoimentos são importantes para que possam ser debatidos casos de privatização questionados na Justiça, como a venda da Centrais Elétricas de Minas Gerais.



Viana considera tratado de 1903 uma grande vitória diplomática de Rio Branco

Viana lembra 96 anos da incorporação do Acre ao Brasil

O senador Tião Viana (PT-AC) lembrou em discurso ontem o aniversário da assinatura do Tratado de Petrópolis, que incorporou o estado do Acre ao Brasil, em 1903. "Num momento em que a cobiça estrangeira em relação à Amazônia recrudescer, é importante ressaltar a grande vitória diplomática que o Tratado representou", disse.

Segundo Tião Viana, foi o Barão do Rio Branco que, como ministro das Relações Exteriores do governo Rodrigues Alves, soube ouvir o clamor dos 60 mil nordestinos que povoavam a região naquele momento, a opinião pública e a imprensa que queriam ver o Acre brasileiro. "Ele conseguiu negociar com a Bolívia cláusulas para garantir a soberania brasileira na região que depois virou o estado do Acre."

Tião Viana ressaltou a ousadia do Barão que resolveu contestar o Tratado de Ayacucho, de 1867, que dava o Acre à Bolívia. "Ele optou por não seguir a tradição conservadora e, de sua ação diplomática, resultou o Tratado de Petrópolis."

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lembrou os termos do Tratado: pagamento de 300 milhões de libras esterlinas à Bolívia e construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Também em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou a capacidade de Rio Branco de resolver, de maneira diplomática, os litígios de terra envolvendo o país, o que resultou na pacificação das fronteiras brasileiras.

Alcântara pede urgência para projeto que modifica sigilo bancário

Aprovação de proposta que tramita na Câmara dos Deputados ajudaria, segundo o seu autor, programas de combate à violência defendidos pelo governo

A recusa dos líderes governistas na Câmara dos Deputados em assinar na terça-feira os requerimentos que pediam urgência para a apreciação de dois projetos de lei destinados a combater a violência no país foi criticada ontem em plenário pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Um dos projetos — o que flexibiliza o sigilo bancário — é de iniciativa de Lúcio Alcântara. A outra proposta que teve a urgência negada proíbe a venda de armas no país.

Alcântara comentou notícia divulgada pelo jornal *O Globo* ontem, na qual os líderes governistas argumentaram que os dois projetos são polêmicos e exigem maior discussão. O presidente da Câmara, deputado Michel Temer, chegou a anunciar no início da tarde, segundo o jornal, que encaminharia a proposta flexibilizando o sigilo bancário e fiscal, para-



Alcântara: "Não há realmente vontade de se aprovar uma legislação moderna"

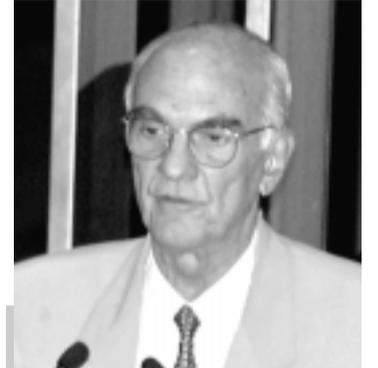
da na Comissão do Sistema Financeiro, ao plenário para votação em caráter de urgência. Depois de reunião com os líderes, no entanto, ficou acertado que o projeto será enviado antes à Comissão de Constituição e Justiça:

— Não há vontade realmente de se aprovar uma legislação moderna que venha a flexibilizar o sigilo e

impedir que triunfe entre nós a corrupção, o narcotráfico, os desmandos e o enriquecimento ilícito — lamentou Alcântara, ressaltando que o próprio presidente Fernando Henrique já declarou à imprensa ser favorável à proposta.

Alcântara observou que seu projeto visa dotar o país de uma nova legislação, responsável, coerente, inspirada no modelo norte-americano, que respeita os direitos individuais e a privacidade, mas estabelece em determinadas condições a possibilidade de suspender o sigilo bancário.

O senador do PSDB disse que a proposta recebeu a contribuição de vários parlamentares, dentre os quais ressaltou o então senador Wilson Kleinübing, e contou com o apoio das autoridades financeiras, como o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central e o secretário da Receita Federal.



Saturnino elogiou coluna assinada pela jornalista Dora Kramer, no *Jornal do Brasil*

Saturnino diz que pena de morte não reduz criminalidade

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) elogiou ontem artigo da jornalista Dora Kramer, publicado no *Jornal do Brasil*, sobre pesquisa de opinião a respeito da pena de morte. A jornalista comenta em sua coluna "Coisas da Política" pesquisa do instituto Vox Populi que mostra "crescente apoio à instituição da pena de morte como solução para a violência". Na opinião de Dora Kramer, a pena de morte pode até atender ao sentimento de vingança, mas não servirá para diminuir a criminalidade.

Saturnino disse apreciar o estilo da jornalista e concordar em quase tudo com o artigo. Entretanto, fez questão de ressaltar discordância no que se refere à questão da impunidade. A pena de morte, segundo a articulista, "introduz no ambiente social uma sensação de que ao acréscimo do rigor corresponderá o decréscimo do risco. É falso, pois o que mobiliza o criminoso não é gradação da pena, mas a certeza de que ficará impune".

Para o senador, a sensação de impunidade é um privilégio dos ricos. Os pobres, observou Saturnino, mesmo sabendo dos riscos que correm, se vêem às voltas com um dilema: ou se conformam com a indignidade da pobreza ou partem para a indignidade do crime:

— Poderíamos chamar essas pessoas de "os sem-chance" — disse.

Jefferson considera aumento salarial para parlamentares "desastroso"

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) condenou ontem iniciativa de deputados federais para a criação de um teto salarial diferenciado que permitiria aumentar salários de parlamentares sem reajustar os vencimentos dos servidores públicos. "Reconheço que os parlamentares ganham pouco, mas seria desastroso do ponto de vista político", afirmou o senador. Para Jefferson, esse tipo de manobra abre caminho para aventuras e o momento é extremamente inoportuno.



Jefferson Péres condenou também a inclusão, na Câmara dos Deputados, de emenda ao projeto de lei que anis-

Senador disse que manobra abre caminho para aventuras e o momento é "inoportuno"

tia eleitores que deixaram de votar nas eleições passadas. Jefferson disse que a emenda anistia candidatos, muitos agora exercendo mandatos, que cometeram crimes eleitorais e os absolve do pagamento de multas. "Por causa dessa emenda, o projeto de lei retorna ao Senado. Espero que o Senado derrube essa emenda e remeta o projeto à sanção em sua forma original", manifestou.

Nabor espera votação de homenagem a ex-governador

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem aos senadores da Comissão de Educação do Senado que vote o mais rápido possível projeto de sua autoria que dá o nome do ex-governador Edmundo Pinto, do Acre, à BR-364, no trecho que vai de Rio Branco à divisa com Rondônia.

Depois de lembrar que Edmun-

do Pinto, um dos mais novos governadores do país, foi assassinado em um hotel de São Paulo "em situações ainda não esclarecidas", o senador informou ter recebido carta do pai do ex-governador agradecendo a iniciativa do projeto. Ele pediu a transcrição da carta nos Anais do Senado.



Projeto de Nabor Júnior dá nome de Edmundo Pinto à rodovia federal BR-364